



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

CONFERÊNCIA

PORTUGAL: UMA ESTRATÉGIA PARA O CRESCIMENTO

Centro Cultural de Belém

28 de Junho de 2017, 15 horas

Discurso de Encerramento

1. Propusemo-nos fazer uma proposta de crescimento de, pelo menos, 3% anuais na média dos próximos 10 anos.

Atingir esse crescimento permitirá atingir objectivos importantíssimos:

- reduzir a dívida pública e a dívida externa e torná-las sustentáveis;
- colocar a taxa de desemprego abaixo de 7%;
- aumentar os salários reais em 15,7% e o nível de vida dos portugueses;
- preservar o essencial do Estado Social;
- reforçar o sistema financeiro e
- convergir para o nível dos países mais prósperos da União Europeia, compensando a estagnação dos últimos 16 anos.

O desejo de atingir estes objectivos é consensual.

Assim como também é consensual que o crescimento passado é insuficiente e que os progressos que se seguiram ao pedido do



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

indispensável ajustamento da economia não estão consolidados e devem ser ampliados, como única forma de reduzir a dívida, subir o rating da República e assim, aceder a fundos para investimento e a mais investimento estrangeiro, reter talentos e tirar partido das oportunidades no mercado internacional que, para a nossa dimensão, são quase infinitas.

2. Existem actualmente condições ímpares para o crescimento:

- segurança;
- infraestruturas de qualidade;
- taxas de juro aceitáveis;
- taxa de câmbio favorável e
- preço baixo do petróleo, ao contrário do que aconteceu nos dois ajustamentos anteriores.

Dito doutra forma, é difícil voltarmos a ter melhores ou até iguais condições.

Que é possível provam-no vários sectores e inúmeras empresas que se voltaram para o exterior para assegurar a sobrevivência e a expansão.

O programa de ajustamento pôs fim a um modelo de crescimento baseado no sector dos bens não-transaccionáveis, no financiamento bancário de curto prazo e na criação de condições de excepção para um número restrito de grandes empresas viradas para o mercado interno.

E abriu caminho para o acesso concorrencial aos mercados externos como estratégia de crescimento, como aliás tinha



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

acontecido quando o País se abriu ao exterior com a entrada na EFTA e depois na CEE, com grande sucesso.

3. Tivemos nestes quase 12 meses de trabalho oportunidade de analisar as dificuldades que vão para além dos erros de condução da política macro-económica que foram clamorosos. E apresentamos aqui o diagnóstico, resultante da leitura transversal de todos os relatórios sectoriais.

E são:

- I. Falta de ambição – nenhum governo teve a coragem e a determinação de pôr o crescimento no topo das prioridades.
- II. Falta de poupança – por compreensível falta de confiança no mercado de capitais, por ausência de estímulos fiscais de longo prazo e pela remuneração baixíssima mas com tributação elevada da poupança nos depósitos.
- III. Falta de concorrência – não há, e nunca houve, um programa plurianual de fomento da concorrência e o poder das corporações é muito maior do que o dos reguladores.
- IV. Rating – o nível actual inviabiliza o investimento de fundos e instituições que, por natureza, não podem investir em lixo. Aliás, subir um nível é ambição insuficiente. A Espanha está três níveis acima de nós.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- V. Excesso de PME's – cerca de 50% do emprego está em empresas que, pela sua dimensão e insuficiente competitividade, não poderão nem pagar melhores salários nem fazer os investimentos necessários a ganhar escala. Porque não crescem? Porque é que tão poucas adquirem maior dimensão? E como vão continuar se a actual maioria quiser, como parece, ressuscitar o imposto sucessório.

- VI. Má canalização de fundos estruturais – a estrutura de distribuição é a mais centralizada da União Europeia e discrimina a favor da administração pública, central ou municipal e nem sequer é avaliada no fim de cada quadro comunitário. É mais uma forma de sustentar um Estado que não se quer reformar.

- VII. Desarticulação entre Educação, Formação Profissional e necessidades de preparação para o futuro – os Ministérios não se entendem e o IEFP é um problema em que ninguém ousa mexer e as suas políticas activas de emprego nunca foram objecto de uma avaliação global. Mas são parte importante dos recursos obtidos com a TSU.

- VIII. Burocracia e qualidade das decisões – na alocação de recursos orçamentais na Administração Pública, o Estado tem favorecido o robustecimento dos travões e tirado força aos aceleradores. O sub-financiamento da AICEP com quadros em envelhecimento, más condições remuneratórias dos técnicos e instalações ultrapassadas



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

compara muito mal com agência e reguladores, pagos acima do mercado.

O que acelera crescimento não interessa ao Estado e o que interessa ao Estado trava o crescimento.

- IX. Fiscalidade – vive-se em instabilidade fiscal permanente. No período 1989-2014, depois da chamada reforma Cadilhe dos grandes impostos, houve 3.178 alterações a artigos dos códigos fiscais – 10 artigos por mês.

Alguns dizem que a taxa de imposto não é importante, mas os grandes investimentos tiveram todos incentivos fiscais importantes. Foi por liberalidade?

Aos funcionários das agências europeias, o governo promete IRS mais baixo.

- X. Banca e mercado de capitais – Para além da insuficiência conhecida do envelope financeiro do Programa de Ajustamento, a lentidão do tratamento dos problemas da Banca explica-se pela habitual opção por tentar não ver, evitar soluções desagradáveis e não escrutinar o passado. É, sem avaliar rigorosamente o que aconteceu, que se escolhem novas soluções de supervisão? E que se quer recriar confiança?

Se olharmos para os novos sectores, já existentes, e para os que hão-de vir é evidente que decisiva é a existência de mercado de capitais, que entre nós quase não existe. É um problema português e também europeu. Os Estados beneficiaram sempre a banca face aos mercados de capitais e agora constatarão que o investimento nos



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Estados Unidos depende em 80% dos mercados de capitais e pouco da banca. Na Europa é ao contrário.

4. Nenhum dos pontos deste diagnóstico é conceptualmente difícil de tratar. E não é indispensável resolvê-los todos no mesmo momento.

Mas é indispensável que haja um programa calendarizado, que o calendário seja sério – os ingleses diriam *binding*, e que os objetivos finais sejam públicos, facilmente perceptíveis e motivadores dos investidores, nacionais e estrangeiros, e não discriminatórios.

Escolher só algumas das medidas que apontamos nos relatórios sectoriais e no relatório de síntese não produzirá os resultados necessários.

É preciso querer crescer e seleccionar criteriosamente as prioridades. Devemos começar por um número reduzido de prioridades, para além de elencar as seguintes.

Como é evidente que um arranque forte vai depender fortíssimamente da atração do investimento estrangeiro, propomos começar por resolver os aspectos que os investidores consideram piores. E que são sempre os mesmos, em todos os relatórios internacionais dos últimos 20 anos:

- instabilidade fiscal, pondo limites à capacidade legislativa dos governos e criando condições para haver quer jurisprudência estabiliza, quer intervenção do Tribunal Constitucional;



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- taxas competitivas de imposto, pois que temos que ser atractivos para quem pode escolher;
- burocracia previsível e processos de licenciamento claros e rápidos, que não sejam um exercício de poder para burocratas, bem ou mal intencionados;
- legislação de trabalho flexível, desjudicializando os despedimentos que não ponham em causa garantias constitucionais, levando a fixação dos salários para o nível das empresas e equilibrando os direitos e deveres entre os mais novos e os mais velhos. A negociação social tem de levar em conta a representatividade real dos parceiros e deixar de ser mais um direito adquirido.
- Justiça económica tem de ser uma prioridade. Cobrar uma dívida, no fundo a segurança jurídica das transacções, não pode ser uma incógnita ou um inferno e o Estado tem de cumprir as suas obrigações de pagamento e respeitar os agentes económicos.

Tudo o resto deverá vir a seguir. Quanto mais depressa o fizermos, mais cedo colheremos os benefícios.

É evidente para quem assiste à guerra permanente entre os partidos que não é neste ambiente que alguma coisa se resolverá. Mas repito, o despertar das empresas para a dimensão do mercado externo e a exiguidade do nosso, está conseguido e com



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

resultados positivos. O ponto de viragem foi o atingir dum saldo externo positivo.

Nunca tivemos condições externas tão favoráveis.

Os problemas são mais do que conhecidos e as soluções também.

Porque não fazemos?

Confio que o Presidente da República, quando nos encorajou neste projecto que lhe apresentámos há um ano, conhecia a sua importância mas também estaria disposto a contribuir para a sua viabilização.

Se não o fizermos continuaremos à mercê de qualquer sobressalto externo ou interno e sem rumo.

As organizações que fazem previsões económicas a prazo maior duvidam que consigamos manter o crescimento actual porque duvidam que se façam as indispensáveis reformas.

É tempo de nos fazermos à vida.

Pedro Ferraz da Costa

Presidente do Conselho Directivo